

NOTÍCIAS CNTV



Boletim Eletrônico

Confederação Nacional dos Vigilantes - Brasília - DF 06/05/2014 - Edição 1036

CNTV é contra liminar que suspende Estatuto da Segurança Bancária

Por decisão da Justiça, o Estatuto Municipal da Segurança Bancária de Fortaleza, criado para inibir crimes como “saidinhas” bancárias e assaltos a banco, está suspenso. A medida, em caráter liminar, foi tomada pelo desembargador Raimundo Nonato Silva Santos. O magistrado atendeu a recurso apresentado pela Federação Brasileira de Bancos (Febraban), que questiona, em alguns aspectos, a constitucionalidade da legislação, além de discordar das exigências da Lei Municipal 9.910/2012.

Com a decisão do magistrado, todos os efeitos do estatuto, bem como a sua fiscalização, estão suspensos até que a causa seja novamente apreciada pelo Tribunal de Justiça do Ceará (TJ-CE). O estatuto prevê medidas como a instalação de biombos entre a fila de espera e os caixas e a proibição do uso de celulares.

O presidente da Confederação Nacional dos Vigilantes, José Boaventura dos Santos, criticou o descaso dos bancos com a segurança da vida das pessoas. Para Boaventura, os bancos alegam a proteção da vida das pessoas à um segundo plano e defende que a instalação de biombos e outras medidas de segurança ajudam a preservar a vida de muitas pessoas.

A decisão do desembargador foi tomada no dia 25 de setembro do ano passado, mas ainda não tinha sido levada a conhecimento da imprensa. Na ocasião, o magistrado avaliou um Agravo de Instrumento apresentado

pela Febraban. A entidade, que havia acionado a Justiça contra o Município ainda em novembro de 2012, não ficou satisfeita com o julgamento do titular da 8ª Vara da Fazenda Pública, juiz Francisco Eduardo Torquato Scorsava. No dia 7 de fevereiro do mesmo ano, Torquato havia concedido uma liminar que suspendeu os efeitos da lei apenas no ponto que exige a instalação de aparelhos bloqueadores de sinal de celular nas agências.

“Defiro, em parte, o pedido de antecipação dos efeitos da tutela, para o fim específico de impedir que o réu e/ou os demais órgãos de proteção ao consumidor, com base nos preceitos da Lei Municipal n.º 9.910/2012, autue ou sancione os associados da autora em decorrência da não instalação de bloqueadores de sinais de radiocomunicações em suas agências e postos de atendimento”, afirmou o juiz na decisão.

Suspensão total

Após recurso da Febraban, em nova instância, o desembargador Raimundo Nonato decidiu pela suspensão do estatuto por completo. No documento, o magistrado defende que “não se tem dúvida da competência que dispõem os municípios para exigir, mediante lei formal, a instalação de itens de segurança em estabelecimentos bancários em favor dos respectivos municípios”. Nonato destaca, entretanto, que deve haver limites

no exercício dessa “autonomia”. A decisão monocrática foi levada à 8ª Câmara Civil do TJ-CE – composta por quatro desembargadores, que mantiveram a suspensão do estatuto.

Na avaliação de Raimundo Nonato, a Febraban apresentou argumentos “plausíveis” de que o Estatuto da Segurança “poderá redundar, se aplicado em sua totalidade, em maior risco para os fortalezenses”. Ele cita, por exemplo, que a blindagem das portas dos bancos, conforme exigido na lei, poderia favorecer criminosos, uma vez que, no interior da agência, eles estariam a salvo de uma ação da Polícia. “Melhor será suspender a eficácia da lei municipal em referência para que se possa, em momento posterior e, sobretudo, na fase de instrução do feito em primeira instância, ampliar os debates e de fato verificar se o interesse público pode mesmo ser alcançado”, concluiu o desembargador.

O desembargador destacou que a decisão de determinar a suspensão tem como objetivo impedir “maiores danos” até que o processo transite em julgado, sendo as exigências consideradas exequíveis ou não. Ainda segundo o magistrado, outros dois agravos de instrumento foram apresentados por instituições bancárias, com o mesmo objeto, cujo objetivo seria “procrastinar o andamento do processo”. Um deles já foi julgado e indeferido. O outro ainda será analisado.

Fonte: CNTV com Jornal O Povo

Câmara dos Deputados realiza hoje comissão geral para discutir demanda dos trabalhadores

A Câmara dos Deputados realiza nesta tarde uma comissão geral para debater demandas e projetos em tramitação no Congresso de interesse dos trabalhadores. O pedido foi feito pelo presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ), deputado Vicente Candido (PT-SP), na ocasião do Dia do Trabalho (1º).

A comissão geral vai discutir assuntos de interesse das sete principais centrais sindicais do País, como os apresentados na 8ª Marcha da Classe Trabalhadora, que aconteceu no início de abril. Entre os temas que devem ser discutidos estão: salário mínimo, redução da jornada de trabalho, contribuição de aposentados, fator previdenciário e terceirização.

Propostas prioritárias

Entre as propostas defendidas pelas centrais está o Projeto de Lei 7185/14, do deputado Roberto Santiago (PSD-SP), que torna permanente a atual política de valorização do salário mínimo, válida até 2015. Pela regra em vigor, o reajuste é definido pela inflação do ano anterior mais o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de dois anos anteriores.

Outras pautas mais como a redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais, o fim do fator previdenciário; o fim da contribuição de aposentados; a destinação de 10% do PIB para o ensino, como está previsto no Plano Nacional de Educação em discussão em comissão especial; e 10% do orçamento da União para a saúde, como quer o Movimento Saúde+10

também estão como prioridades no debate.

Terceirização

As centrais sindicais também querem ver enterrada proposta (PL 4330/04) do deputado Sandro Mabel (PMDB-GO) que regulamenta a terceirização de mão de obra. O texto está entre as prioridades da Confederação Nacional da Indústria (CNI), chegou a ser colocado em pauta na CCJ no ano passado algumas vezes, mas foi retirado depois da pressão de trabalhadores.

Na pauta de reivindicações, ainda está a regulamentação de duas convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT). A primeira normatiza a organização sindical dos servidores públicos; e a segunda regulamenta a demissão sem justa causa.

Para o secretário de assunto jurídicos da Confederação Nacional dos Vigilantes e Presidente do Sindicato dos Vigilantes de Barueri/SP, Amaro Pereira da Silva Filho, uma discussão mais ampla com os sindicatos que representam essa terceirização tem que ser realizada para um melhor entendimento sobre o tipo de terceirização que os trabalhadores querem.

“A terceirização não significa a precarização do trabalho. Ela é uma realidade que já existe, mas que ainda precisa de alguns ajustes e de alguns critérios de como ser utilizada. A expectativa é que com esta comissão alguns êxitos e progressos sejam alcançados nessa nova dinâmica de trabalho”, explica o secretário.

Fonte: CNTV com Agência Câmara

CUT convoca militância para participar do Dia Nacional de Mobilização no dia 7 de maio

Central realizará ações em todo o Brasil em defesa do Plebiscito Popular por uma Constituinte Exclusiva e Soberana do Sistema Político

A Central Única dos Trabalhadores (CUT) convoca toda militância CUTista para participar da realização do Plebiscito Popular por uma Constituinte Exclusiva e Soberana do Sistema Político, no próximo 7 de maio.

A CUT orienta que atos sejam organizados nas capitais do País, em conjunto com os movimentos sociais, com o objetivo de dar grande visibilidade a essa pauta unitária e para que as reivindicações sejam conquistadas com ampla mobilização e pressão popular.

As informações dos Comitês nos Estados encontram-se disponíveis na internet pelo site www.plebiscitoconstituente.org.br e www.facebook.com/plebiscitoconstituente

Uma mobilização específica será realizada em Brasília. A CUT solicita às Estaduais e Ramos que puderem enviar dirigentes e delegações informem pelo e-mail: cut@cut.org.br.

Fonte: CUT

Líderes sindicais discutem projeto de igualdade em audiência pública



A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público promoveu na última terça-feira (29), às 14h30, uma audiência pública para debater o Projeto de Lei (PL) 6653/2009, na Câmara dos Deputados.

O PL da Igualdade, como é mais conhecido, é de autoria da deputada federal Alice Portugal (PCdoB-BA), que cria mecanismos para garantir a igualdade entre mulheres e homens, com o objetivo de coibir práticas discriminatórias nas relações de trabalho urbano e rural, bem como no âmbito dos entes de direito público externo, das empresas públicas, sociedades de economia mista e suas subsidiárias.

Para Deise Recoaro, secretária de Mulheres da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro - CONTRAF, o projeto de lei traz em cheque a questão da desigualdade salarial. Para ela, não se pode permitir que mulheres com doutorado ganhem em média 56% menos que os homens da mesma área. Precisa-se de políticas públicas para a construção de creches e que promovam a divisão do trabalho doméstico entre homens e mulheres. Também, a convidada afirmou que ser mulher

não pode ser sinônimo de desvantagem social.

A diretora do Sindicato dos Vigilantes (SINDESV-DF) e da Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV-PS), Thiana Santana, conta que as mulheres da vigilância privada muitas vezes sofrem dificuldades ao entrar no mercado de trabalho pelo fato das empresas contratantes dos serviços, sendo ele público ou privado, restringirem a presença das mulheres por ligarem sua imagem à uma imagem de fragilidade.

“Vejo o projeto como a menina dos olhos para todos o que defendam a igualdade, pois ele não se limita apenas às mulheres, ele cria mecanismos para o combate a qualquer discriminação e violência, como assédio sexual, moral e racismo contra nós trabalhadores.”

O Diretor de Assuntos Parlamentares da Nova Central Sindical dos Trabalhadores (NCST), Luiz Gonzaga de Negreiros; o Presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), Adilson Araújo e o Presidente da União Geral dos Trabalhadores, Ricardo Patah, também participaram da audiência pública.

Combater desigualdades

Apesar de terem nível de escolaridade igual ou maior, as mulheres ganham salários mais baixos que os homens. No mundo, de acordo com dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT), essa diferença é de, em média, 22,9%. No Brasil, a defasagem é ainda maior: ficava em 27,7% em 2011, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Esse quadro de injustiça incomoda o movimento sindical que tem promovido uma série de ações. Como resultado da reunião das dirigentes sindicais com a presidenta Dilma Rousseff, no dia 21 de março, e dos seminários com a Secretaria de Política para as Mulheres, a luta pela aprovação do PL é um dos objetivos.

Fonte: CNTV com Contraf-CUT

Expediente:
Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV
Presidente da CNTV: José Boaventura Santos
Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz
Jornalista: Pricilla Beine - Redação: Tainá Rodrigues
Projeto gráfico e Diagramação: Anibal Bispo



site: www.cntv.org.br
email: cntv@terra.com.br
Fone: (61) 3321-6143
SDS - Edifício Venâncio Junior, Térreo, lojas 09-11
CEP: 73300-000 Brasília-DF